

INTRODUÇÃO*

Antonio Miguel / Carlos Roberto Vianna / Júlio Faria Corrêa

O que se *dará a ver* neste texto introdutório

O que se *dará a ver* neste texto introdutório?

Pensamos muito sobre a *forma de apresentação* do seu conteúdo, até decidirmos que ela deveria *assumir a forma do seu conteúdo*.

Também pensamos muito sobre o conteúdo deste texto introdutório, até decidirmos que o seu conteúdo deveria *assumir a forma de sua forma de apresentação*.

Qual a *fisiognomia* de uma historiografia terapêutica?

Esta pergunta parece *assumir a forma* de uma outra que se interroga acerca da legitimidade da importação da atitude investigativa praticada por Wittgenstein exclusivamente no domínio da filosofia para um outro domínio – o da história - sobre o qual o pensamento do filósofo parece ter guardado silêncio. Não um silêncio absoluto, pensamos, mas tão somente um silêncio epistemologicamente territorializado, delimitado, enclausurado, disciplinarizado e nomeado, de modo que o seu *suposto silêncio epistemológico* em relação à história poderia ser estendido a todos os demais domínios do conhecimento, mas não aos múltiplos e diferentes modos como o conhecimento é efetivamente praticado em diferentes campos de atividade humana, em diferentes formas de vida.

Este modo de ver o dispersivamente amplo *domínio vital indisciplinar* de ação do pensamento de Wittgenstein nos levaria, até mesmo, a questionarmo-nos denominá-lo *filósofo*, bem como a disciplinarizar e a nomear a sua obra como *filosofia*. Pois, se Wittgenstein de fato leva ao seu divã terapêutico o discurso filosófico, não é senão com o propósito de desconstruí-lo enquanto discurso supostamente fundante ou constituinte de todo e qualquer outro discurso, dentre eles, o discurso nomeado *científico* e, portanto, os discursos disciplinarizados de quaisquer domínios epistemológicos compartimentados que reivindicam para si o estatuto de cientificidade. E esse papel ‘desconstrucionista’ que Wittgenstein reserva à filosofia não o leva a constituir ou reivindicar uma outra filosofia ou teoria filosófica, mas tão somente a *prática (auto)terapêutica de investigação gramatical* – por ser ela *vista como* uma prática que *investiga as gramáticas* - de problemas que a nós se manifestam entretecidos, de formas múltiplas e diversas, em diferentes formas de vida.

Dado que, para Wittgenstein, cada problema requer um tipo específico e idiossincrático de terapia, os diferentes modos de se praticá-la não podem constituir um método unitário, generalizável e prescritivo. No parágrafo 133 das *Investigações filosóficas*, Wittgenstein adverte: “*Não há um método da filosofia, mas sim métodos, como que diferentes terapias?*”. Assim, devido a esta idiossincrasia *tópica* ou *local* de uma atitude (auto)terapêutica na investigação de um problema, não é possível fundamentar, caracterizar ou descrever *genericamente* essa atitude e as práticas que ela instaura.

* DOI - 10.29388/978-65-86678-51-2-0-f.11-14

É por isso que Wittgenstein não incorre no erro de tentar fundamentar ou mesmo de *falar sobre* os modos como ele próprio pratica as suas terapias. Ele simplesmente as pratica como uma *prática situada* que, em cada ocasião, se mostra singularmente diferente dos modos anteriores de se praticá-la, ainda que mantenha com eles *semelhanças de família*. Assim, ele não as pratica – como o levaria a fazê-lo o método do investigador estruturalista em qualquer domínio - como *aplicações de uma teoria geral prévia* visando à busca e descrição de *aspectos invariantes* que se manifestariam na comparação de múltiplas aplicações, dado que os diferentes modos como ele as pratica ele *nos dá a vê-los*, correspondentemente, nos diferentes atos de se praticá-la.

Tendo em vista essas advertências prévias e tentando manter fidelidade à atitude não-teórica, não-generalizante e não-estruturalista que *orienta negativamente* o filosofar (auto)terapêutico do próprio Wittgenstein, convém *não perguntarmos* em que consistiria adotar *uma* atitude (auto)terapêutica na condução de uma investigação historiográfica de um problema, mas simplesmente levarmos ao divã terapêutico wittgensteiniano, constituindo-o como um problema, o próprio *problema particular da fisionomia de uma investigação terapêutico-historiográfica*, isto é, de uma investigação que pudesse ser *dita* ou simplesmente *vista como* terapêutico-gramatical, dado que intencionalmente *inspirada em* ou *orientada por* uma perspectiva wittgensteiniana.

Poderíamos, para isso, colocarmo-nos nos rastros de uma pista que nos fornece o próprio Wittgenstein, no parágrafo 127 das *Investigações filosóficas*: “[...] o trabalho do filósofo é um acumular de recordações para uma finalidade determinada” (WITTGENSTEIN, 1979, IF-27).

Não teria se equivocado o ‘filósofo’ reivindicando para si o trabalho que, a rigor, deveria ser mais propriamente realizado pelo historiador? Em vez de corrigir o filósofo com base no hábito de manutenção de uma persistente imagem disciplinar no modo de se conduzir uma investigação de um problema, vamos nos manter na sua pista que *nos dá a ver* como indistintos os papéis de um filósofo ou de um historiador terapeuta, de modo que o nosso propósito, no capítulo introdutório a seguir, será o de lidarmos com algumas questões que nos motivaram, desde o início da produção desta obra coletiva: Com o que poderia se *assemelhar* uma historiografia terapêutica? Como poderíamos *dar a ver* ou *visualizar* a sua *fisionomia*? Que semelhanças e que diferenças ela manteria em relação a outros modos de se compor e de se dar a ver investigações e narrativas historiográficas? Que relação de adequação poderia subsistir entre a forma de se conduzir uma investigação historiográfica (auto)terapêutica e a forma de se apresentá-la em um jogo escrito/inscrito de linguagem?

Tendo-se ainda presente que, na consideração de um problema *analogicometáforicamente* tratado *como se* fosse uma *doença*, a atitude (auto)terapêutica wittgensteiniana - tal como a *ação desestabilizadora de um vírus* - é praticada transgredindo fronteiras territoriais, geopolíticas, espaçotemporais, culturais, disciplinares, e adentrando, até mesmo, espaços ficcionais e imaginários, a *forma de apresentação* do conteúdo de uma historiografia terapêutica através de um jogo escrito/inscrito de linguagem poderia ainda *ser vista como uma narrativa*?

Ao longo da produção desta obra, estas e outras questões que íamos nos colocando e para as quais havia, inicialmente, tão somente um *desejo de investigação* que pudesse nos conduzir à *visualização* de uma possível resposta que *daremos a ver* no capítulo introdutório a seguir, nos levam, então, a advertir leitores e leitoras que a *historiografia de acasos* que este

livro lhes *dará a ver* de modo algum intenciona dar uma resposta unitária, evolutiva e causalmente conectada a um suposto problema *universal do acaso* com o qual, hipoteticamente, a *humanidade* teria se defrontado. Ao contrário, o que este livro lhes *dará a ver* é uma *multiplicidade desconexa* de “narrativas” – ou simplesmente de textos que nem podem ser ditos “narrativos” e nem reivindicam para si uma identificação de gênero textual - entretecidas em diferentes *formas espaçotemporais situadas de vida*, e que não poderiam, a rigor, ser *vistas como* “historiográficas”, de modo que poderíamos nos arriscar a dizer que o *ato de historiografar visto como um ato ou prática* de narrar, no caso desta obra experimental, confunde-se com a própria *prática (auto)terapêutica de filosofar*, de modo que o que a obra, como um todo, lhes *dará a ver* é um conjunto desconexo, não propriamente de narrativas historiográficas, mas de *imagens de acasos* que quando *vistas*, em seu conjunto, sob uma *perspectiva panorâmica*, isto é, sob a *perspectiva de um voo de pássaro*, poderia assumir a *fisiognomia* de uma historiografia terapêutica de acasos...

